



COMO A IMAGEM SE FAZ CARNE? O OLHAR NA COMPOSIÇÃO HISTÓRICA DOS DISCURSOS EDUCATIVOS DO GÊNERO E DA SEXUALIDADE

¿CÓMO LA IMAGEN SE HACE CARNE? LA MIRADA EN LA COMPOSICIÓN HISTÓRICA DE LOS DISCURSOS EDUCATIVOS DEL GÉNERO Y LA SEXUALIDAD

HOW DOES THE IMAGE BECOME FLESH? THE GAZE IN THE HISTORICAL COMPOSITION OF GENDER AND SEXUALITY EDUCATIONAL DISCOURSES

Samara Mariana Borges Caribé¹

Eva Santos de Oliveira²

Victória Souza e Galvão³

Resumo

O presente artigo analisa como imagens, discursos de gênero, sexualidade e moralidades são historicamente construídos e mobilizados por projetos de poder, especialmente em contextos marcados pelo avanço do conservadorismo. O texto tem origem nas reflexões desenvolvidas na disciplina *História Social da Cultura*, do mestrado em História da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), a partir do encontro virtual realizado com a Prof^a Dr^a Andrea Torricella, especialista em teoria feminista e estudos visuais. Metodologicamente, a análise fundamenta-se na História Social da Cultura, em diálogo interdisciplinar com os estudos de gênero, sexualidade e visualidade. As imagens são compreendidas como dispositivos ativos na produção de sentidos, capazes tanto de legitimar hierarquias e violências simbólicas quanto de possibilitar agência e resistência. O artigo também examina as estratégias discursivas do conservadorismo e da extrema-direita na produção de pânico morais, evidenciando seus impactos sobre a educação, a universidade e as políticas públicas. Por fim, reafirma-se o papel da História como

¹ Graduada em Licenciatura em História pela UEFS. Mestranda em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da UEFS em andamento. Pesquisadora da História da Religião e História Indígena. Temas de investigação a atuação do Conselho Indigenista Missionário (CIMI) no período da Ditadura Civil-Militar no Brasil. Membro do Centro de Pesquisa da Religião (CPR). ORCID: <https://orcid.org/0009-0009-0285-6295>

² Graduada em Licenciatura em História pela UEFS. Mestranda em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da UEFS em andamento. Tema de pesquisa: gênero e sexualidade na obra literária *Tocaia Grande* (1984) de Jorge Amado. Membro do Grupo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Gênero e Sexualidade (GEPES) ORCID: <https://orcid.org/0009-0004-4830-2152/>

³ Graduada em Licenciatura em História pela UEFS. Mestranda em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da UEFS em andamento. Pesquisadora da História Social da Cultura. Tema de pesquisa: Som e Subversão: análise das experiências vivenciadas nos Festivais de Águas Claras (1975-1984). ORCID: <https://orcid.org/0009-0006-3603-9910/>



ferramenta crítica para desnaturalizar o presente e disputar narrativas no campo cultural e político contemporâneo.

Palavras-chave: Gênero; Visualidade; Conservadorismo; educação

Abstract

This article analyzes how images, discourses of gender, sexuality, and moralities are historically constructed and mobilized by projects of power, especially in contexts marked by the rise of conservatism. The text stems from reflections developed in the course Social History of Culture, part of the Master's Program in History at the State University of Feira de Santana (UEFS), based on a virtual meeting held with Professor Andrea Torricella, a specialist in feminist theory and visual studies. Methodologically, the analysis is grounded in the Social History of Culture, in interdisciplinary dialogue with gender, sexuality, and visual studies. Images are understood as active devices in the production of meaning, capable both of legitimizing hierarchies and symbolic violence and of enabling agency and resistance. The article also examines the discursive strategies of conservatism and the far right in the production of moral panics, highlighting their impacts on education, universities, and public policies. Finally, it reaffirms the role of History as a critical tool to denaturalize the present and to contest narratives in the contemporary cultural and political field.

Keywords: Gender; Visuality; Conservatism; Educación

Resumen

Este artículo analiza cómo las imágenes, los discursos de género, sexualidad y moralidades se construyen históricamente y son movilizados por proyectos de poder, especialmente en contextos marcados por el avance del conservadurismo. El texto surge de las reflexiones desarrolladas en la asignatura Historia Social de la Cultura, del programa de maestría en Historia de la Universidad Estatal de Feira de Santana (UEFS), a partir de un encuentro virtual realizado con la profesora Andrea Torricella, especialista en teoría feminista y estudios visuales. Metodológicamente, el análisis se fundamenta en la Historia Social de la Cultura, en diálogo interdisciplinario con los estudios de género, sexualidad y visualidad. Las imágenes se entienden como dispositivos activos en la producción de sentidos, capaces tanto de legitimar jerarquías y violencias simbólicas como de posibilitar agencia y resistencia. El artículo también examina las estrategias discursivas del conservadurismo y de la extrema derecha en la producción de pánicos morales, evidenciando sus impactos sobre la educación, la universidad y las políticas públicas. Por último, se reafirma el papel de la Historia como herramienta crítica para desnaturalizar el presente y disputar narrativas en el campo cultural y político contemporáneo.

Palabras clave: Género; Visualidad; Conservadurismo; Educación

1. Introdução

O presente artigo nasce a partir de uma reflexão crítica desenvolvida no âmbito da disciplina “História Social da Cultura”, do mestrado em História da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), sobre o encontro virtual no dia 28 de novembro de



2025 com a Prof^ª Dr^ª Andrea Torricella, especialista em teoria feminista e estudos visuais. A experiência da conversa serviu como objeto de estudo, permitindo examinar as tensões entre História, gênero, visualidade e o avanço do conservadorismo na atualidade. Também foi produzido um videocast em que essas discussões foram retomadas e aqui, neste artigo, serão analisadas e aprofundadas com aporte teórico.

A complexidade dos temas abordados nesse encontro demanda, portanto, um diálogo interdisciplinar robusto que articule a História, os estudos visuais, a Sociologia e a teoria feminista. De acordo com Torricella (2025), os estudos feministas constituem, em si mesmos, uma crítica à cultura sobre como esta representou as mulheres de forma pejorativa, subalternizada e objetificada. Essa crítica se materializa nos estudos visuais ao demonstrar que a fotografia implica um olhar de posicionamento de poder que construía subalternidade e relações de hierarquia. Por isso, a análise visual deve considerar o contexto de produção, o uso e a capacidade de agência subjetiva que as imagens permitem. Para tanto, a convidada acredita que a chave metodológica reside na História Social da Cultura, considerada a melhor ferramenta para desnaturalizar o presente, pois rompe com a ideia de evolução natural e expõe os processos implícitos que construíram nossas estruturas sociais.

Dada essa estrutura conceitual, a utilização desta experiência como objeto de reflexão histórica justifica-se por sua capacidade de articular conceitos acadêmicos com as urgências sociais. Neste contexto, o artigo busca responder à seguinte questão: como imagens, discursos de gênero e moralidades são historicamente construídos e mobilizados por projetos de poder, especialmente em contextos conservadores? A resposta é buscada priorizando a análise das relações de poder que estruturam as crises democráticas e sociais contemporâneas, utilizando a perspectiva histórica para disputar os sentidos impostos.

Diante dessa problemática, torna-se necessário explicitar o arcabouço teórico que orienta a análise proposta. Compreender como imagens, discursos de gênero e moralidades são historicamente construídos e mobilizados por projetos de poder exige recorrer a categorias analíticas capazes de desnaturalizar tais processos. Nesse sentido, os estudos de gênero, sexualidade e visualidade oferecem instrumentos fundamentais para analisar as relações entre cultura, poder e representação, permitindo situar historicamente tanto as formas de dominação quanto às disputas simbólicas que emergem em contextos conservadores. É nesse quadro analítico que o conceito de gênero se apresenta como uma categoria central de investigação histórica.

2. Gênero, sexualidade e visualidade

Para introduzir a discussão a respeito do conceito de gênero, é interessante partirmos de uma das mais importantes pesquisadoras acerca dele, Joan Scott (1995), a qual propõe a definição de gênero como uma “categoria de análise histórica”. Para ela, o gênero vai além da simples diferenciação entre homens e mulheres, sendo uma forma de interpretar relações de poder, argumentando que o gênero é constituído por dois elementos interconectados: símbolos culturais e representações. O gênero envolve sistemas de símbolos que moldam como entendemos masculinidades e feminilidades. Isso inclui mitos, religiões, arte e costumes, que associam determinados comportamentos e atributos a homens e mulheres, operando no interior das relações sociais de poder, nas quais o gênero não somente reflete, mas também organiza e legitima as hierarquias entre os sexos, estruturando a sociedade.



Assim, a construção do gênero não é neutra, mas se intersecciona com outras categorias, como classe, raça e sexualidade. É enfatizado que o gênero não se refere apenas às diferenças sexuais, mas sim às maneiras pelas quais essas diferenças são usadas para justificar e naturalizar a desigualdade e a dominação em diversas esferas da vida (Scott, 1995). A partir do conceito citado, é possível analisar como as relações de poder são historicamente construídas e mantidas através do gênero.

Contribuindo com essa reflexão se faz pertinente recorrer às ideias da historiadora Margareth Rago (1998), no que diz respeito ao mundo enquanto uma construção histórica, não natural. É fundamental perceber o teor histórico das subjetividades, justamente para não cairmos em determinamos que por muito tempo limitaram as pesquisas no campo do gênero, deixando essa vertente importantíssima sentenciada como aspecto de segunda ordem ou inferior em comparação a outros estudos considerados mais relevantes para os historiadores.

Partindo dessa premissa, também é possível pensar em maneiras de desnaturalizar alguns aspectos sociais nocivos às mulheres. Em suas contribuições na disciplina já citada anteriormente, Andrea Torricella (2025) é super assertiva ao afirmar que a História é a melhor ferramenta para desnaturalizar o presente. Ou seja, para desmontar o que entendemos hoje como “moderno”, família, mulher, masculinidade. Olhar para o passado nos obriga a ver que nada disso é natural, são construções sociais, políticas e morais que precisam ser interrogadas se quisermos enfrentar de fato as formas de violência que nos atravessam. E quando se entende que essas fronteiras (de gênero, sexualidade, corpo, moral) são construções históricas, fica mais fácil perceber que elas também continuam sendo produzidas hoje. E não só na sociedade de forma geral, mas dentro de espaços que, teoricamente, deveriam ser mais críticos e reflexivos, como a academia. Se o gênero opera como uma categoria central para compreender as hierarquias sociais e as formas de dominação, a sexualidade constitui um de seus campos privilegiados de produção e regulação histórica.

É de suma importância também ter em vista que essa “naturalização” atravessa aspectos sociais de grande relevância para compreender as convenções sociais que moldam nossa sociedade, como a própria sexualidade. O sociólogo Michael Bozon (1998), em seu livro, “Sociologia da sexualidade”, aborda esse aspecto humano como construção social, ou seja, uma coordenação de uma atividade mental com uma corporal aprendidas através da cultura. Assim, somos sexualmente influenciados pelo meio, sendo o não-sexual que confere significado ao sexual, nunca o inverso. Inclusive cai por terras ideias como a de que homens possuem instinto sexual semelhante aos dos animais, na verdade, os homens são considerados “animais desnaturados” que já não sabem se comportar mais sexualmente por instinto, eles não conseguem agir sem dar sentido aos seus atos e necessitam de aprendizado social para saber quando e com quem agir sexualmente.

Para além de pensar a nossa sexualidade fora de uma esfera natural, Margareth Rago (1998), afirma que: “O sexo participou indubitavelmente e de forma central na construção histórica de nossa identidade pessoal e coletiva, especialmente no Brasil, mas foi por muito tempo colocado à margem na leitura das práticas sociais”. Ainda segundo a autora, houve um processo na historiografia brasileira onde os intelectuais amplamente conhecidos como “inventores do Brasil”: Paulo Prado com “Retrato do Brasil. Ensaio sobre a Tristeza brasileira” (1928), Gilberto Freyre com “Casa Grande e Senzala” (1933), Caio Prado Júnior com “Evolução política no Brasil” (1933) e



“Formação do Brasil Contemporâneo” (1942), por fim, Sérgio Buarque de Holanda com “Raízes do Brasil” (1936), formaram a “consciência social” do povo brasileiro, moldando como nos enxergamos.

Essa identidade nacional, construída por esses autores, vêm por vezes implícita ou explicitamente alicerçada em uma dimensão sexual. A contribuição de seus trabalhos para pensarmos a sociedade brasileira é inegável, mas Rago nos convida pensar em como isso também contribuiu em certa medida para consolidar uma ideia de sexualidade masculina no país ligada aos “instintos” sexuais dos homens, mais precisamente os colonizadores portugueses, que não “resistiram” desde a invasão do Brasil a “tentações” das indígenas despidas, em conjunto com a ausência de mulheres brancas. Há também uma misoginia na forma que as mulheres são representadas em algumas dessas obras, e a romantização da miscigenação ocorrida no país.

É evidente que o ideal é escaparmos desses visões, na perspectiva até mesmo de combate, e isso já vem sendo feito por inúmeros pesquisadores, precisa-se voltar o olhar para outras produções intelectuais, algumas feitas por mulheres no mesmo período, para perceber que a outras formas mais coerentes, menos misóginas e violentas de pensar os mesmo fenômenos. Esse panorama traçado a respeito da sexualidade, além de evidenciar a posição central que a sexualidade assume na formação de uma sociedade, tem o objetivo de reafirmar a tese de que tudo passa por uma construção social legitimada por uma visão naturalizada dos fatos, a única alternativa, como já foi afirmado, é a desnaturalização, é preciso partir desse princípio para conseguirmos desconstruir essas ideias nocivas.

3. Violência e possibilidade de agência

Conforme aponta E. P. Thompson (2012), às relações sociais se manifestam simultaneamente em todas as esferas da vida social, o que implica reconhecer que a cultura não pode ser analisada isoladamente, mas sempre em interação dialética com dimensões políticas, econômicas e materiais que a atravessam. Nesse sentido, a cultura visual não se limita à produção de imagens como reflexos simbólicos da realidade, mas participa ativamente da constituição de hierarquias sociais e da organização das relações de poder. As imagens, portanto, configuram-se como espaços privilegiados de disputa, nos quais se produzem sentidos, se constroem alteridades e se legitimam discursos que naturalizam desigualdades, especialmente aquelas relacionadas ao gênero, à raça e à colonialidade.

Ao dialogar com a definição de gênero proposta por Joan Scott, compreende-se que os sistemas simbólicos, entre eles a fotografia, a iconografia científica e os registros visuais, em geral, não somente representam corpos e identidades, mas organizam e legitimam relações de dominação. Historicamente, mulheres e populações indígenas foram enquadradas como “outros” por meio de imagens que reforçavam sua subalternidade, associando seus corpos à natureza, à irracionalidade ou à sexualização excessiva. A fotografia, particularmente quando vinculada ao discurso científico e colonial, desempenhou papel central na produção da alteridade, contribuindo para a hierarquização dos corpos e para a consolidação de violências simbólicas que se apresentavam como naturais, objetivas ou neutras.

Contudo, à luz da noção de agência formulada por E. P. Thompson (2012), tais processos não devem ser compreendidos como totalmente fechados ou unidirecionais. A agência refere-se à capacidade de homens e mulheres de serem sujeitos de sua própria



história, produzindo significados e formas de ação mesmo em condições que não escolheram (Melo Júnior, 2014). Aplicada ao campo da visualidade, essa perspectiva permite distinguir entre objetificação e auto-representação, bem como problematizar as noções de consentimento e resistência na produção e circulação das imagens. Assim, o contexto de produção, a autoria e os modos de circulação tornam-se elementos centrais para analisar como as imagens podem tanto reproduzir a naturalização da subalternidade quanto abrir fissuras que possibilitam a disputa de sentidos e a afirmação de outras narrativas históricas.

No entanto, se a agência permite compreender a visualidade como um campo de disputas e possibilidades de resignificação, é precisamente essa abertura que passa a ser alvo de projetos políticos conservadores. Ao reconhecer que imagens, corpos e identidades podem produzir sentidos que escapam às hierarquias tradicionais, tais projetos buscam reestabelecer uma ordem moral estável, operando no sentido de conter, deslegitimar ou silenciar formas de auto-representação e resistência que desafiam normas de gênero e sexualidade historicamente impostas.

Nesse contexto, a retórica da chamada “ideologia de gênero” constitui um dos cerne das estratégias discursivas dos governos de extrema-direita no mundo, funcionando como um poderoso mobilizador de emoções sociais. Essa tática é utilizada por governos conservadores, seja como objetivo central ou secundário, para gerar apoio a medidas que, de outra forma, seriam impopulares. O ataque direto e sistemático às questões de gênero e sexualidade permite que esses projetos políticos consolidem uma base de popularidade que os sustenta no poder, ao mesmo tempo, em que procuram neutralizar disputas simbólicas abertas no campo cultural, visual e acadêmico.

A estratégia discursiva da extrema-direita é altamente eficaz na produção de pânico morais em torno da sexualidade. Ao direcionar o debate para a defesa de uma moralidade tradicional, os governos neoliberais de direita conseguem oferecer uma espécie de tranquilidade moral vinculada às questões de gênero e sexualidade. Em troca, essa popularidade é utilizada para legitimar medidas que são inerentemente antipopulares, como a diminuição de impostos para os ricos. Essa dinâmica revela como a moralidade coercitiva e o controle dos corpos se articulam com a agenda neoliberal, utilizando a questão de gênero para evitar a discussão sobre a desigualdade econômica estrutural.

Os impactos sociais desses projetos políticos são severos e visam o apagamento de políticas públicas essenciais, agravando a violência estrutural contra as minorias. No contexto argentino atual, verifica-se uma regressão muito forte no campo acadêmico e de políticas, com a falta de financiamento da ciência. Especificamente, temas como a violência de gênero e a desigualdade estão sendo desestimulados das agendas acadêmicas e públicas. Isso se baseia no argumento de que a desigualdade de gênero não existe, e que a igualdade formal de direitos já seria suficiente, ignorando a discriminação e o feminicídio como reflexo de uma sociedade hierárquica.

A partir deste discurso, temos um combate que invade as camadas sociais em nome da moralidade e do conservadorismo que coloca em risco a efetivação de políticas públicas que pesam em populações mais vulneráveis, inclusive as mulheres. Hoje no Brasil os números de violência contra a mulher são alarmantes, segundo uma matéria da CNN Brasil (Souza, 2025), o Brasil tem 17 denúncias de violência contra a mulher por hora, e isso considerando somente os casos denunciados, imaginem quantos casos não



são vistos, denunciados e noticiados? No lugar de combater a ideologia de gênero, os esforços deveriam se concentrar em combater a violência contra a mulher.

Mais precisamente no Brasil, para além de Bolsonaro, vários políticos brasileiros da extrema-direita vão seguir essa “receita” infalível, e as redes sociais se tornaram o meio perfeito para propagar inúmeros absurdos infundados, que ficaram conhecidos como “Fake news”. A coisa foge do controle a partir do momento em que uma notícia falsa começa a circular pelas redes, acessando principalmente pessoas com pouco letramento digital para discernir o que é ou não verídico, gerando um apoio popular a um projeto político que defenderia os ideais da “família tradicional brasileira”, tudo isso endossado por líderes religiosos capazes de exercer uma influência admirável sobre as massas. A lógica é simples, usar o “medo” para estimular a união de grupos em pró de uma “defesa”.

Nesse sentido, ganharam espaço na sociedade brasileira movimentos misóginos que ameaçam a segurança física e psicológica das mulheres, se pensar gênero é irrelevante, pensar em políticas de proteção às mulheres contras as violências de gênero tão poucos são consideradas pautas dignas de destaque. Como resultado, no ano de 2024 os índices de violência estouram, gerando infelizmente um novo recorde para o país, conforme o Anuário Brasileiro de Segurança Pública divulgado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (Souza, 2025). Ressalta-se, ainda, que mulheres pretas e pardas figuram como as principais vítimas de violência doméstica no Brasil, evidenciando que os impactos dessa conjuntura recaem de forma mais intensa sobre as populações historicamente vulnerabilizadas (Ministério das Mulheres, 2025).

Esse cenário de recrudescimento da violência não se limita ao plano das relações sociais cotidianas, mas se articula diretamente com a ofensiva contra os espaços de produção de conhecimento. No que tange às temáticas de gênero no espaço acadêmico, temos observado com o passar do tempo ataques a esses estudos, que vão desde o corte de financiamento das pesquisas até a deslegitimação do conhecimento crítico. Assim, segundo Souza, Vencato e Monteiro (2024), o Brasil passou por momentos de “uma espécie de guerra” em que o cenário se deu contra a prática docente e a escola. As autoras citam os debates em torno do que ficou conhecido como “ideologia de gênero” (já citado acima) e também do projeto “Escola Sem Partido”, que se baseia na ideia de que escolas e universidades estariam doutrinando alunos de maneira partidária em prol da esquerda. Essas duas pautas se alinham na ideia de que a esquerda procura destruir o que a direita chama de “família tradicional” ao circular o entendimento de que não existe a categoria de homens e mulheres. Dessa forma, os professores e pesquisadores são acusados de atacar valores caros a uma sociedade conservadora, além de terem suas autoridades questionadas.

Ainda, em uma perspectiva comparada entre Brasil e Argentina, observam-se táticas similares com variações contextuais. No Brasil, o governo Bolsonaro utilizou o discurso sobre o “kit gay” e as críticas às políticas educacionais vinculadas à educação sexual para mobilizar emoções e gerar pânico moral. Já na Argentina, embora o ataque inicial de Javier Milei fosse focado na moralidade ligada ao gasto público e à inflação, o discurso rapidamente transformou as políticas de gênero em sinônimo de “desperdício” do Estado. Esse discurso consolidou-se em manifestações públicas extremas, como a afirmação de que a homossexualidade era igual à pedofilia.

O cenário apresentado inviabiliza qualquer discussão que envolve sexualidade e gênero nos espaços educacionais, e aí é que mora o verdadeiro perigo: quem se



beneficia desses projetos políticos? Ao levar em consideração os dados da Ouvidoria do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC), houve um aumento de 22,6% em 2024 de denúncias de crimes relacionados a crianças e adolescentes, cerca de 290 mil relatos, conforme o órgão (Senado Federal, 2025). Dessa forma, nota-se um número expressivo de casos nos quais as crianças e adolescentes não estão protegidos devido à lógica de que falar de sexualidade e gênero na escola é encarado como algo ideológico. Enquanto debatem uma pseudo ideologia, perde-se tempo de falar de educação sexual para prevenir abusos e conceder proteção às crianças e adolescentes.

Ainda, no que diz respeito a violência de gênero nos espaços acadêmicos, Torricella (2025) traz a questão que o combate a essa violência vive um momento muito difícil, tanto nas agendas acadêmicas quanto nas políticas públicas. O discurso que tem ganhado força é o de que a desigualdade de gênero não existe mais, que a igualdade formal e jurídica seria suficiente. Ao mesmo tempo, se nega a desigualdade salarial e a discriminação nos espaços de trabalho, como se tudo isso fosse apenas invenção ou exagero. É uma tentativa clara de apagar problemas estruturais que são muito visíveis em diversos ambientes, e que não se limitam à Argentina. Em relação ao impacto orçamentário citado pela Torricella, somando os cortes ocorridos entre 2024 e 2025, o valor de investimento geral fica cerca de 55% abaixo do valor estabelecido pela Lei Nacional de Financiamento da Ciência.

Contudo, apesar da dor e da regressão percebida no espaço público e acadêmico, existem mecanismos sociais muito consolidados que oferecem resistência. Na Argentina, o avanço conservador levou a uma manifestação popular enorme, com a organização de assembleias populares e marchas antifascistas, que reconheceram o governo como aquele que atenta contra o pacto democrático. A estratégia de resistência reside em continuar a investigação e o ensino, pois o sistema sempre tem suas fissuras, e os pesquisadores podem disputar e tentar romper o sistema por dentro.

4. Considerações finais

No decorrer do artigo buscamos analisar como imagens, discursos de gênero, sexualidade e moralidades são historicamente construídos e mobilizados por projetos de poder, sobretudo em contextos marcados pelo avanço do conservadorismo. Ao longo da análise, argumentou-se que essas construções não são naturais nem estáticas, mas resultam de disputas simbólicas que atravessam a História, a cultura e a política, produzindo hierarquias, exclusões e formas de violência simbólica que incidem de maneira desigual sobre determinados corpos e identidades.

Nesse percurso, a visualidade ocupou um lugar central como chave analítica para compreender as disputas contemporâneas. As imagens foram tratadas não apenas como representações passivas da realidade, mas como espaços de poder, capazes tanto de legitimar processos de subalternização quanto de abrir possibilidades de agência, auto-representação e resistência. A atenção ao contexto de produção, à autoria e à circulação das imagens mostrou-se fundamental para distinguir entre objetificação e disputas de sentido no campo visual.

A História, especialmente em diálogo com a História Social da Cultura, apresentou-se como uma ferramenta política e crítica indispensável para desnaturalizar o presente. Ao evidenciar o caráter histórico das categorias de gênero, sexualidade, moralidade e corpo, a abordagem histórica permite questionar narrativas que se pretendem universais ou imutáveis, revelando as relações de poder que sustentam tanto os discursos conservadores quanto os ataques ao conhecimento crítico.



Por fim, diante do avanço de governos conservadores e de extrema-direita que instrumentalizam pânico morais para silenciar debates, enfraquecer políticas públicas e espaços acadêmicos, reafirma-se a importância de manter vivo o debate sobre gênero, sexualidade e visibilidade. Sustentar essas discussões não é apenas uma tarefa acadêmica, mas um compromisso ético e político com a defesa da democracia, da produção de conhecimento crítico e da garantia de direitos para grupos historicamente vulnerabilizados.

5. Referências

- Bozon, M.(2004). *Sociologia da sexualidade*. Rio de Janeiro: FGV Editora.
- Brasil. (2005). *Ministério das Mulheres lança o Relatório Anual Socioeconômico da Mulher – Raseam 2025*. Brasília: Ministério das Mulheres. <https://www.gov.br/mulheres/pt-br/central-de-conteudos/noticias/2025/marco/ministerio-das-mulheres-lanca-o-relatorio-anual-socioeconomico-da-mulher-raseam-2025>.
- Mattos, M. (2012) *E. P. Thompson e a tradição de crítica ativa do materialismo histórico*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ.
- Melo Júnior, J. (2014). *A noção de experiência histórica e social em Edward Thompson: percursos iniciais*. História e Perspectivas, Uberlândia, (1), p. 393-413.
- Rago, M. (1998). Sexualidade e identidade na historiografia brasileira. In: LOYOLA, Maria Andréa. *A sexualidade nas ciências humanas*. Rio de Janeiro: EdUERJ.
- Scott, J. (1995). Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71–99.
- Senado Federal. (2025). *Aumento de denúncias de abusos contra crianças preocupa a CDH*. Senado Notícias, 19 maio 2025. <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2025/05/19/cdh-debate-aumento-de-denuncias-de-abusos-contra-criancas-e-adolescentes>.
- Souza, B. (2005). *Brasil tem 17 denúncias de violência contra mulher por hora, diz ministério*. CNN Brasil, 7 ago. 2025. <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/brasil/brasil-tem-17-denuncias-de-violencia-contra-mulher-por-hora-diz-ministerio/>. Acesso em: 17 dez. 2025.
- Souza, B. (2025). *Feminicídio bate recorde no Brasil em 2024, diz estudo*. CNN Brasil, 24 jul. 2025. <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/brasil/feminicidio-bate-recorde-no-brasil-em-2024-diz-estudo/>. Acesso em: 17 dez. 2025.
- Souza, É; Vencato, A. P y Monteiro, M. (2024). Gênero, educação e ciência em um campo minado: reflexões feministas em tempos de cruzadas antigênero. *Desafios e resistências em gênero e sexualidade no Brasil contemporâneo*. p. 137-162.
- Torricella, A. (2025). *História, Gênero e Imagens: a fotografia familiar em questão*. Aula pública proferida na disciplina História Social da Cultura, no Mestrado em História da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), realizada em ambiente virtual.

